



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O TECNICISMO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR¹

Lívia Sonalle do Nascimento Silva

Universidade Federal da Paraíba-UFPA, João Pessoa/PB

liviasonallens@gmail.com

Francineide Rodrigues Passos Rocha

Universidade Federal da Paraíba-UFPA, João Pessoa/PB

francineide_rocha@hotmail.com

RESUMO

Apresentamos neste trabalho as reformas educacionais de abordagem tecnicista ocorridas no período da ditadura militar em nosso país. As respectivas reformas tinham como objetivo ajustar a educação ao modelo econômico capitalista de mercado, passando a ser a pedagogia oficial nas escolas brasileiras na década de 1970, adentrando pelos anos de 1980. Neste sentido, trazemos de forma crítica algumas consequências e implicações dessas reformas no que concerne ao legado deixado por essa política educacional para a nossa educação no contexto atual. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico, vez que este foi um dos trabalhos requisitados na disciplina História da Educação Brasileira do Mestrado em Educação. Esperamos que a partir do tema abordado e das conclusões suscitadas, possamos contribuir na ampliação dos conhecimentos, nas discussões e no enriquecimento sobre alguns aspectos históricos da educação brasileira, no contexto da ditadura militar.

Palavras chave: Tecnicismo, Reformas Educacionais, Ditadura Militar.

1 INTRODUÇÃO

"A história prefere lendas a homens, prefere nobreza a brutalidade, discursos inflamados a boas ações silenciosas. A história se lembra da batalha, mas se esquece do sangue. Ela só se lembrará de uma fração da verdade."

Seth Grahame-Smith²

¹ O trabalho é um artigo apresentado como parte integrante do processo de avaliação da disciplina Educação brasileira (Pensamentos Educacional Brasileiro e Intelectuais: Legado de cinco Séculos de História) do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba-PPGE/UFPA.

² Autor do romance *Abraham Lincoln, Vampire Hunter*



O trecho acima revela um discurso inflamado de um autor contemporâneo, que relata a história usando os fatos e a fantasia bem própria de um Best-seller na categoria ficção e nos faz pensar na história como algo que nunca será inteiramente descrito, contado. Ora, se não foi totalmente desvendado os “Anos de chumbo”, vivido por muitos brasileiros, podem ter escondido nos porões da história a parte inteira da fração que a corresponde.

Nesse artigo pretendemos resgatar uma parte dessa narrativa, para que uma realidade vivida, e uma verdade exímia da nossa história, que substancialmente trouxe tantos malefícios, não caia no esquecimento, nos lapsos da memória tão comuns a nós brasileiros. Entretanto, os porões da história que pretendemos visitar são os caminhos percorridos pelas reformas educacionais no período da ditadura militar brasileira. Período de grandes mudanças no âmbito político e social.

Ao traçar o quadro histórico dessa época podemos ressaltar a contradição que acompanhou o processo de expansão da economia, no Brasil após 1930. Se por um lado as forças nacionalistas postulavam a plena autonomia política da nação no caminho do desenvolvimento, visto pelo Governo Vargas, os nacionalistas sofreram uma grande ruptura com mudança na base material, com a invasão dos empréstimos externos e a implantação de uma economia de base na produção industrial e de forte influência das nações capitalistas em especial, os Estados Unidos da América.

A ideologia política do próprio governo “nacionalista” causou uma economia configurada na doutrina da interdependência, essa que compreende um padrão de relações e trocas entre povos e nações através de um processo desigual, onde a nação mais desenvolvida, tanto nos aspectos econômico, tecnológico e cultural explora a nação de menor força. Dentro desse turbilhão de acontecimentos a educação passa a ser pano de fundo para as políticas de governo a fim de colocar em prática suas concepções ideológicas para o desenvolvimento econômico.

Neste contexto é implantado o regime da ditadura militar, que conduziu o país no período de 01 de abril de 1964 até 15 de março de 1985, muitos fatos aconteceram como - a derrubada de um governo (João Goulart), vários atos inconstitucionais³, o

³ Receberam o nome de **Ato Institucional** uma série de normas arbitrárias editadas à época do regime de exceção instalado pelos militares no Brasil em 1964, e que tinham por objetivo fazer prevalecer o controle



Congresso dissolvido por mais de uma vez e a supressão de liberdades civis. Os acordos MEC-USAID⁴, que veio para firmar contratos em todos os níveis de ensino, teve início no ano de 1964 com cursos de aperfeiçoamento no ensino primário, em 1965 no ensino médio através de assessoria técnica e em 1966 foi à vez do ensino técnico rural e posteriormente com as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino superior.

2 AS REFORMAS EDUCACIONAIS E O TECNICISMO

Através das Reformas no ensino surge à figura de Raimundo Valnir Chagas⁵, esteve à frente da CFE (Conselho Federal de Educação) e praticamente elaborou todos os pareceres importantes na era militar, relativos às reformas do ensino. Ele era discípulo de Anísio Teixeira, destacado por Saviani, (2013) através de um breve relato sobre seu livro “*Educação brasileira – o ensino de 1º e 2º grau*”. Assim termina colocando que Valnir Chagas cumpriu sob medida o papel ideológico educacional do regime militar, por ter sido homem de confiança do Ministro da Educação, na época, Jarbas Passarinho. Entretanto, abraçou o modelo educacional de característica autoritária, concebida como educação tecnicista que se encaixava nas ideias de racionalismo, objetivando a organização e a eficiência. Dessa forma, a educação nesse período voltou-se a formação de mão de obra em curto prazo de tempo, assim o aluno tornava-se alvo do governo para suprir as necessidades na economia. Porém, segundo Saviani, a pedagogia tecnicista acontecia:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2013. p.381)

Neste contexto, o novo modelo presente nas reformas educacionais imposto através da Lei 5.540/68 (do ensino universitário) e da Lei 5.692/71 (do ensino de 1º e 2º

dos militares ante as instituições legais do país, procurando dar uma aparência de legalidade aos atos arbitrários que iam sendo realizados em nome da chamada Revolução

⁴ A **Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional** (*United States Agency for International Development*), mais conhecida por seu [acrônimo](#) em [inglês](#) **USAID**.

⁵ Cearense da cidade de Mora Nova, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

grau) trazia como objetivo maior, a implantação de uma concepção de educação voltada para o modelo empresarial, ou seja, a aplicação na escola de um modelo característico do sistema de produção capitalista.

Esse modelo se configurava na preparação de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho, em que segundo Aranha (1996) o conteúdo a ser transmitido correspondia a informações objetivas, o método utilizado para a transmissão dos conhecimentos era baseado na divisão de tarefas entre os diversos técnicos de ensino, estes também responsáveis pelo planejamento racional do trabalho educacional e a tarefa do professor se resumia em um mero executor do que foi planejado para a sala de aula.

Contudo, além de transformar o professor em um técnico, inferiorizando sua função, convém destacar que essa pedagogia também intensificou a burocratização do ensino, como é enfatizado a seguir:

Acreditava-se que o processo se racionalizava á medida que se agisse planificadamente. Para tanto, era mister baixar instruções minuciosas sobre como proceder com vistas a que diferentes agentes cumprissem cada qual as tarefas específicas, acometidas a cada um no amplo espectro em que se fragmentou o ato pedagógico.(SAVIANI, 2013. 383)

O que significa dizer que a pedagogia tecnicista, deixou de contemplar a especificidade da educação, o que por sua vez, teve como consequências resultados visivelmente negativos, gerando descontinuidade, heterogeneidade e fragmentação ao trabalho pedagógico.

2.1 A reforma de 1º e 2º graus

Com a Lei 5.692 de 1971, aumentou os anos de escolarização obrigatória para oito anos, abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos e acabou com a equivalência entre o ensino introdutório e o ramo secundário. Passa-se a ter a obrigatoriedade de uma habilitação profissional para todos que cursassem o agora chamado 2ª grau. O objetivo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

do ensino de 1º e 2º graus volta-se para a qualificação profissional e o preparo para exercer a cidadania. Essa nova proposta vinha atender aos interesses do governo militar, que seriam, entre outros, o de esvaziar os conteúdos, trazendo assim uma despolitização, ao mesmo tempo em que iria preparar e aumentar a força de trabalho qualificada, que atenderia à demanda do desenvolvimento anunciado pelo “tempo do milagre”, que dizia que o Brasil poderia fazer parte do bloco do 1º mundo.

Na lei proposta em 1971, o que se pretendia por parte do governo, era a educação para o trabalho. A ideia básica era a de que, se o aluno quiser, teria condições de prosseguir até a universidade, mas, se não quisesse ou não pudesse, poderá arranjar razoáveis empregos quando saísse do 2º grau. Nesse sentido, a Lei nº 5.692/71, em nome da necessidade de formação de técnicos de nível médio, atribuiu ao ensino de 2º grau um caráter de profissionalização compulsória, que visava atender a determinações do sistema produtivo que se encontrava em franca expansão.

O que se percebe é que todas estas medidas acabaram por degradar ainda mais o nível de ensino das classes populares aumentando os anos de escolarização, mas nada de melhorias na qualidade do ensino. Além de muitos cursos profissionalizantes apresentarem um caráter artesanal em discordância com o tipo de modelo com base industrial. As reformas educacionais promovidas sob a orientação tecnicista voltavam-se conforme Aranha (2001, p.177) “[...] sobre as disciplinas pragmáticas, enquanto foi bastante discutida a formação crítica. Basta ver a exclusão da filosofia, a minimização da literatura, da história, da geografia e das artes”.

Outra crítica da autora sobre essa pedagogia se faz com relação à avaliação, a mesma propiciava a observação, a conduta, o cuidado com a tecnologia educacional, não apenas na utilização dos recursos tecnológicos, mas quanto ao planejamento sistemático, racional e objetivo, retirando a presença da subjetividade no processo desse conhecimento que pudesse pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno uma posição secundária. A organização do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção.

Como herança dessa pedagogia ainda temos as concepções do Currículo, quando aparece de forma engessada, prática, objetiva, estritamente técnico, construído para consolidar o conhecimento escolar e colocado em um molde que possa garantir o papel de ajustamento social.

2.2 A reforma universitária

Colocar em cena a reforma universitária realizada durante o regime militar significa refletir sobre o papel que foi atribuído a educação nesse período. Considerando então, a aceleração da industrialização brasileira na década de 1950, com a implantação da indústria de base e o aumento significativo no setor de serviços, é válido salientar que a educação vigente não dispunha de recursos humanos necessários para contribuir com expansão econômica, resultando assim numa crise que se arrastou por toda a década de 1960.

E após o golpe militar, a ajuda para implantação das reformas vieram dos EUA, através dos acordos MEC-USAID (firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development) em que o Brasil passou a receber assistência técnica e financeira que resultou principalmente na Lei 5.540/68. E como o momento vivido era de grande repressão, principalmente aos professores e alunos que se mobilizavam contra o regime militar, aconteceram diversas invasões, ocupações, depredações e intervenções militares nas principais universidades do país, somando-se a tudo isso, ainda foi decretado o AI-5⁶ (Ato Institucional nº 5), seguido do Decreto-lei 477/69, que reprimia qualquer crítica política no âmbito educacional e o Ato Complementar nº 75 de 21-10-1969, que:

[...] decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de não somente trabalhar nas

⁶ O 5º decreto emitido pelo governo militar brasileiro o deu poderes quase absolutos ao regime militar.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

universidades, mas também de realizar pesquisas em instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado, violando desse modo, um dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito da liberdade ao trabalho. (GERMANO, 2011, p.111)

Então, a política educacional se revestiu do controle político e ideológico da educação em todos os níveis, embutidos de elementos denominados de “restauração” e “renovação”, aproveitando-se de algumas reivindicações dos estudantes como: a expansão do ensino superior e a autonomia universitária.

A reforma universitária de 1968, apresentou algumas demandas estudantis existentes anteriormente desde o final da década de 1940, quando as mobilizações já conclamavam pela modernização da universidade, mas na sua essência o que foi incorporado foi apenas a estrutura, Germano (2011) argumenta que as maiores mudanças da reforma tentaram na verdade foi inviabilizar um projeto de universidade crítica e democrática e ao mesmo tempo despolitizar o espaço acadêmico.

E dentre as várias soluções que o governo da ditadura utilizou para estabelecer o controle das mobilizações da sociedade civil, estava à formação de grupos e comissões, entre elas, a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o ensino superior que funcionou de 1967 á 1967 e também a constituição do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU), que apresentou em menos de 30 dias a proposta da reforma universitária, como forma de estabelecer em caráter de urgência a legitimidade e estancar a crise política vivida naquele momento.

Além de buscar atender a demanda dos estudantes universitários e professores que reivindicavam entre outras questões, a extinção da cátedra, a autonomia universitária, mais vagas para contemplar os excedentes e mais verbas para subsidiar as pesquisas, é bom ressaltar que por outro lado, o GT também tinha de atender aos grupos ligados ao regime militar que viam na reforma a possibilidade de estabelecer vínculo do ensino superior com o mercado de trabalho, relacionando-a dessa forma ao projeto político de desenvolvimento ligado ao capitalismo internacional. Sobre esses fatos Saviani nos diz:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O GT da Reforma Universitária procurou atender á primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra, instituindo o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior e consagrando a autonomia universitária [...] em contrapartida, procurou atender a segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e do funcionamento. (SAVIANI, 2013, p.374)

Na verdade, os dispositivos advindos da primeira demanda, principalmente os referentes à autonomia universitária, foram vetados pelo então Presidente da República. Ou seja, forjou-se toda uma situação para que através da reforma educacional no ensino superior se mantivesse o controle político e ideológico. Aparecendo como aspecto importante dessa reforma a relação entre educação e mercado de trabalho, em que o sistema educacional, apontado por Germano (2011) deveria preparar para a força de trabalho, tanto o ensino médio e o superior, como também o planejamento educacional tinha que pautar-se mediante as necessidades do mercado de trabalho.

Entretanto, ainda foi obrigatoriamente instituída em todos os graus escolares, a cadeira de Educação Moral e Cívica, que trazia princípios de disciplina, obediência, respeito e amor pela pátria, visava formar nos educandos e no povo, o culto á Pátria, o fortalecimento da família, a fidelidade ao trabalho, o senso de responsabilidade, cooperação e solidariedade humana. Se estendendo ao ensino superior com a denominação de Estudos de Problemas Brasileiros e até na pós-graduação, abordando segundo Cunha e Góes, (1985) as políticas da ditadura para a resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos da época.

Outra tendência da reforma universitária que merece destaque é a privatização do ensino superior público que se projetou na legislação, através do “regime de gratuidade”, mediante a adoção de bolsas de estudos, contudo, esta proposição representou a desobrigação do Estado com a educação pública e o caminho para transferência de recursos públicos para as escolas particulares. A política educacional brasileira não estaria orientada para a democratização da educação, uma vez que a prioridade foram os subsídios governamentais ao setor privado.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Um dos discursos mais utilizados na época era que seria justo os ricos pagarem a educação dos pobres, proclamada oficialmente como uma medida de “justiça social”, que serviria apenas para reproduzir um ensino superior desigual e dual, em que a rede pública atenderia os alunos socialmente mais elevados e o ensino privado e empresarial, seria para os alunos pertencentes às classes trabalhadoras, como enfatiza Germano (2011, p.152) “a expansão da rede privada foi acompanhada por uma elitização do ensino superior público [...]”. Ou seja, apesar da reforma, a política de ensino superior andou longe de promover igualdade social.

De tudo que já foi mencionado, podemos destacar como um fator positivo da reforma, a implantação da pós-graduação, tornando possível a pesquisa universitária, mesmo que de forma limitada (por falta de investimentos). Embora o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa também não tenha sido viabilizado, o que acabou afetando a qualidade do ensino de graduação, pois esta passou a ser desenvolvida constantemente nos programas de pós-graduação e por um corpo docente de intelectuais que recebia financiamento de outras fontes externas para as pesquisas, provocando assim um distanciamento desses docentes dos cursos de graduação.

Contudo, é evidente que a ditadura militar tentou estabelecer o domínio utilizando-se da força, como também através do controle político e ideológico exercido pelo Estado, viabilizando reformas educacionais veiculadas sob a égide de discursos favorável a erradicação do analfabetismo, a valorização e a expansão da educação escolar, quando na prática se vivenciava forte repressão política e ingerência de recursos públicos destinados à educação, transformando assim a política educacional numa estratégia de hegemonia e num veículo para obtenção de consenso para legitimar suas ações.

3 PALAVRAS FINAIS

Mediante a exposição de fatos e ideias, podemos claramente perceber que a tomada do poder no Brasil pelo militares em 1964, muitas vezes denominada de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“Revolução”, por alguns apoiadores do golpe, refletiu inversamente outra realidade, considerando o significado da palavra, conforme Saviani (2013) revolução traz a ideia de ruptura, e o que na verdade aconteceu foram mudanças no âmbito político, necessárias para preservar a ordem socioeconômica.

Assim não foi revogada a LDB de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, em seus títulos. O que mudou foram as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação ao modelo econômico capitalista de mercado, articulado com a doutrina da interdependência. E para embasar tal modelo econômico a pedagogia tecnicista passou a ser a pedagogia oficial nas escolas brasileiras a partir década de 1970 e adentrando pelos anos de 1980. Com essa tendência pedagógica surgiram outras teorias empenhadas em compreender e explicar o modelo de funcionamento da educação.

Cabe-nos assim, a tarefa de analisarmos criticamente sobre os reflexos, as consequências e implicações que essas reformas implantadas no período da ditadura militar representou/representa para as ideias pedagógicas formuladas e reformuladas e como ainda perpassam a educação em nosso país. De forma mais direta, poderíamos indagar: qual foi o legado deixado pela política educacional do regime militar para Educação no nosso contexto atual?



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio; GOÉS, Moacyr de. **O golpe na educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, 1993.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 17-208.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2013. P.347-398